

Domingo de manhã

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CONCURSO PÚBLICO Nº 11/2025

5 — CONTADOR

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTÉM **60** QUESTÕES LEGÍVEIS;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES REFERE-SE AO **NÚMERO E AO CARGO** PARA O QUAL REALIZOU A INSCRIÇÃO;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 03h 30min.**

4. Cada questão oferece **5 alternativas** de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. O CANDIDATO **DEVE ASSINAR** A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.

7. **Haverá o toque do 3º sinal sonoro de encerramento das provas**, conforme controle do quadro de sala.

8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DO CANDIDATO.**

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



V1_27/10/2025 11:55:20

**Eco
Friendly**
A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.

Concursos
fundatec
ISO 9001

A importância de olhar para a pessoa que você está ouvindo*Por J. J. Camargo*

01 ____ pressa tem sido atribuída a superficialidade das relações humanas, com repercussão
02 imediata na crescente dificuldade de ouvir, que foi minguando a relação médico/paciente e
03 empobrecendo criticamente a aproximação afetiva entre duas pessoas reunidas pela
04 aleatoriedade da doença, que forçou o encontro de dois desconhecidos e que,
05 independentemente da formação cultural deles, naquele instante não serão mais do que duas
06 pessoas.

07 O impacto emocional do diagnóstico, o tamanho do risco envolvido, o tempo de convívio
08 e o desfecho do tratamento contribuirão para o estabelecimento de vínculos afetivos tão variados
09 quanto são diferentes as reações humanas em situações semelhantes. Esse vínculo pode ser tão
10 superficial quanto aquele que resulta no esquecimento do nome de ambos. Mas outras vezes, e
11 para encantamento mútuo, a vivência dramática compartilhada com intensidade por duas
12 criaturas sensíveis pode resultar em amizade definitiva, cultivada com ternura e gratidão.

13 Quando revisamos o início dessas relações especiais que, com sobradas razões, serão
14 guardadas com carinho definitivo no nosso arquivo emocional, concluímos que a primeira
15 entrevista abriu o caminho. E que a conquista ou eventual repulsa que dela resultaram
16 dependeram da nossa capacidade de ouvir — ou da falta dela.

17 Há muitos anos, quando entreguei a prescrição e lhe ofereci a mão para a despedida,
18 uma velhinha, muito debochada, me surpreendeu: “Sei que esse nosso amor vai dar certo,
19 porque você ouve com os olhos”. Hoje, com certeza, ela seria convidada a dar aula no nosso
20 curso, A Medicina da Pessoa, por conta dessa lição que lá atrás me pareceu desprezível, mas
21 que o tempo consagrou como duradoura.

22 Quando o paciente se queixa que “o doutor só olhava para o computador”, ele está certo:
23 na ausculta integral, os olhos são imprescindíveis. Não querendo ser inflexível, e admitindo
24 exceções, em princípio não confio que esteja mesmo ouvindo quem não olha para a pessoa que
25 está falando. No momento mágico da escrita, não dá para fazer duas coisas ao mesmo tempo.
26 E nenhuma conversa se completa se a linguagem corporal for excluída.

27 Por outro lado, nossos olhos são os melhores sensores para louvar a emoção ou delatar
28 a hipocrisia, porque enxergam além do que consideramos ver. Como observaram os responsáveis
29 pela seleção de candidatos ____ executivos de uma grande multinacional que, colocando um
30 poderoso zoom no olho dos candidatos, identificavam instantaneamente os dispensáveis. Ótimos
31 currículos não compensam córneas secas diante de um relato emocionante.

32 Além disso, os desprovidos de inteligência emocional são péssimos gestores de pessoas,
33 não importa o quanto sejam tecnicamente qualificados. ____ menos que a tarefa destinada não
34 incluía a interação com a vulnerabilidade de seres humanos em sofrimento.

(Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/jj-camargo/noticia/2025/10/a-importancia-de-olhar-para-a-pessoa-que-voce-esta-ouvindo-cmgtg6zdy01lh016bhrn1oy9a.html> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. A superficialidade das relações entre médico e paciente advém, muitas vezes, da aleatoriedade dos motivos que os colocam em uma mesma situação.
- II. As reações das pessoas às situações não são padronizadas, sendo assim, momentos delicados podem resultar em laços afetivos posteriores ou serem experiências fugazes.
- III. As relações que o autor do texto menciona, mesmo quando há um momento inicial afetuoso, acabam sendo infrutíferas em virtude da alta expectativa dos envolvidos.
- IV. A capacidade de envolvimento com o próximo se sobrepõe às experiências e formações dos concorrentes à vaga mencionada do texto para fins de eliminação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas III e IV.

Execução: Fundatec

QUESTÃO 02 – Analise a charge a seguir e as asserções a respeito de sua relação com o texto anterior:



Fonte: www.arionaurocartuns.com.br/2016/04/charge-consulta-com-falso-medico.html

I. A charge pretende criticar a prática médica por aqueles que não têm conhecimentos de Medicina.

LOGO

II. A charge corrobora o exposto pelo texto anterior, cujo autor também critica os profissionais que empregam apenas conhecimento empírico.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento correto da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento correto da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

QUESTÃO 03 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 01, 29 e 33.

- A) À - à - A
- B) À - a - À
- C) A - à - A
- D) À - a - A
- E) A - a - À

QUESTÃO 04 – Analise as seguintes propostas de alteração do texto desta prova:

- I. Substituição da expressão “da falta dela” por “da sua falta” em “dependeram da nossa capacidade de ouvir — ou da falta dela”.
- II. Substituição de “o desfecho” por “o desenlace” em “o tempo de convívio e o desfecho do tratamento contribuirão para o estabelecimento de vínculos afetivos”.
- III. Substituição do pronome demonstrativo “aquele” por “o” em “Esse vínculo pode ser tão superficial quanto aquele que resulta no esquecimento do nome de ambos”.

Quais NÃO causariam alterações significativas de sentido ou incorreções ao trecho em que ocorrem?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 05 – Analise o trecho abaixo, retirado do texto, e relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando as ocorrências da palavra “que” indicadas no trecho à sua classificação.

“Quando revisamos o início dessas relações especiais que (1), com sobradas razões, serão guardadas com carinho definitivo no nosso arquivo emocional, concluímos que (2) a primeira entrevista abriu o caminho. E que (3) a conquista ou eventual repulsa que (4) dela resultaram dependeram da nossa capacidade de ouvir — ou da falta dela”.

Coluna 1

1. Conjunção integrante.
2. Pronome relativo.

Coluna 2

- () que (1).
- () que (2).
- () que (3).
- () que (4).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 1 – 2.
- B) 2 – 1 – 1 – 1.
- C) 1 – 2 – 2 – 1.
- D) 2 – 1 – 1 – 2.
- E) 2 – 1 – 2 – 2.

QUESTÃO 06 – Acerca da palavra “despretensiosa” no trecho “Por conta dessa lição que lá atrás me pareceu despretensiosa, mas que o tempo consagrou como duradoura”, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Tem a função de objeto direto no período.
- () Um sinônimo possível, considerando seu contexto de ocorrência, é “singela”.
- () Foi formada por derivação parassintética.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V.
- B) F – V – F.
- C) V – V – V.
- D) V – V – F.
- E) V – F – V.

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa na qual o termo sublinhado tenha sido substituído pelo pronome oblíquo adequado e colocado corretamente.

- A) “que forçou o encontro de dois desconhecidos” – “que forçou-o”.
- B) “Quando revisamos o início dessas relações especiais” – “Quando revisamo-lhes”.
- C) “não dá para fazer duas coisas ao mesmo tempo” – “não dá para as fazer”.
- D) “colocando um poderoso zoom no olho dos candidatos” – “colocando-lhe no olho dos candidatos”.
- E) “quando entreguei a prescrição” – “quando a entreguei”.

QUESTÃO 08 – Sobre o período “Quando revisamos o início dessas relações especiais que, com sobradas razões, serão guardadas com carinho definitivo no nosso arquivo emocional, concluímos que a primeira entrevista abriu o caminho”, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Quatro orações formam o período anterior.
- () A oração principal do período é a formada a partir do verbo “abriu”.
- () Há duas orações substantivas no período.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V.
- B) F – V – F.
- C) V – F – F.
- D) F – F – V.
- E) F – V – V.

QUESTÃO 09 – Assinale a alternativa que apresenta um trecho que poderia ser corretamente convertido para a voz passiva.

- A) “Quando revisamos o início dessas relações especiais”.
- B) “naquele instante não serão mais do que duas pessoas”.
- C) “porque você ouve com os olhos”.
- D) “na ausculta integral, os olhos são imprescindíveis”.
- E) “não importa o quanto sejam tecnicamente qualificados”.

QUESTÃO 10 – Considerando o emprego das vírgulas no trecho “Hoje, com certeza, ela seria convidada a dar aula no nosso curso, A Medicina da Pessoa, por conta dessa lição que lá atrás me pareceu desprezível, mas que o tempo consagrou como duradoura”, analise as assertivas a seguir:

- I. O uso do primeiro par de vírgulas é facultativo.
- II. O segundo par de vírgulas não poderia ser substituído por um par de travessões.
- III. A vírgula que ocorre antes da conjunção “mas” é facultativa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

GESTÃO PÚBLICA, ÉTICA E LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11 – Os servidores públicos civis do Poder Executivo Federal sujeitam-se às disposições do Código de Ética Profissional instituído pelo Decreto nº 1.171/1994. Assinale a alternativa que está em consonância com referido Código.

- A) Entre as regras deontológicas estabelecidas no Código de Ética, tem-se aquela que assegura a plena separação entre a função pública e a vida particular de cada servidor público, de modo que os fatos e atos que sejam constatados na conduta cotidiana de sua vida privada não podem ser utilizados para acrescer ou diminuir o bom conceito do servidor em sua vida funcional.
- B) É direito do servidor público exercer suas atribuições com rapidez, rendimento e perfeição.
- C) É absoluto o dever do servidor público de abster-se de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- D) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, poderá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- E) A Comissão de Ética instituída no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, poderá aplicar ao servidor público a penalidade de demissão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

QUESTÃO 12 – Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do seu Regimento Geral.

- A) Assegura-se às universidades a autonomia didático-científica e administrativa, sendo a gestão financeira e patrimonial subordinada à Administração Direta à qual a instituição é vinculada.
- B) É garantida às universidades a possibilidade de admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma de seus respectivos regulamentos.
- C) A autonomia universitária disciplinada na Constituição Federal é objeto do Estatuto da UFRGS, o qual prevê como faculdade da instituição, atinente à sua autonomia administrativa, a possibilidade de aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira proveniente de convênios com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.
- D) Integram a estrutura da UFRGS o Hospital Universitário, as Unidades Universitárias, que compreendem os Institutos Centrais e as Faculdades ou Escolas, com seus órgãos auxiliares, os Institutos Especializados, os Centros de Estudos Interdisciplinares e, ainda, os Órgãos da Administração Superior, consistentes no Conselho Universitário, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no Conselho de Curadores e na Reitoria.
- E) É de competência do Conselho Universitário da UFRGS estabelecer normas gerais para o afastamento de docentes para fins acadêmicos.

QUESTÃO 13 – Considerando as disposições do Estatuto do Servidor Público Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Extinta a punibilidade pela prescrição da ação disciplinar, que, no caso de infração punível com a penalidade de suspensão, tem o prazo de 2 anos, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
- B) São beneficiários da pensão por morte de servidor público federal a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor e qualquer parente, até o 3º grau, desde que demonstre dependência econômica.
- C) Para amamentar o próprio filho, até a idade de 6 meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a meia hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de quinze minutos.
- D) O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado não poderá ser tratado em instituição privada às custas de recursos públicos.
- E) A simples alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento para a revisão do processo disciplinar do servidor público federal.

QUESTÃO 14 – Considerando a Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527/2011, assinale a alternativa que NÃO está em consonância com suas disposições.

- A) O acesso à informação assegurado pela lei garante ao interessado o direito à obtenção de informações concernentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
- B) Quando não fundamentada, a negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades subordinados à Lei de Acesso à Informação sujeitará o responsável a medidas disciplinares.
- C) As entidades com personalidade jurídica de direito privado, constituídas sob a forma de serviço social autônomo, que sejam destinatárias de contribuições ou de recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão deverão divulgar, entre outras, informações referentes ao plano de cargos e salários de seus empregados, inclusive com a divulgação dos critérios para a evolução na carreira e para a fixação da política salarial.
- D) Caso seja indeferido o acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, pode o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias, a contar da sua ciência.
- E) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Em se tratando daquela classificada como ultrassecreta, o prazo máximo de restrição de acesso à informação é de 30 anos.

QUESTÃO 15 – A Lei Federal nº 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituiu em nosso ordenamento jurídico, conforme o disposto em seu artigo 1º, a disciplina de tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Considerando o referido diploma legal, assinale a alternativa que indica corretamente uma de suas disposições.

- A) O tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos sujeita-se à disciplina da LGPD.
- B) Considera-se operador do tratamento de dados a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- C) Para fins da LGPD, são agentes de tratamento de dados o controlador, operador e o encarregado.
- D) Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas, mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, em qualquer circunstância, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.
- E) É absolutamente vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso.

QUESTÃO 16 – Considerando as disposições da Lei nº 11.091/2005, que institui o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Constitui princípio e diretriz da gestão do PCCTAE a garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal.
- B) Os cargos do Plano de Carreira são organizados em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E.
- C) As Instituições Federais de Ensino poderão conceder, na forma do regulamento, bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio aos ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo envolvidos nessas atividades.
- D) Considera-se nível de classificação o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
- E) O ingresso nos cargos do Plano de Carreira ocorrerá no padrão inicial do respectivo nível de classificação exclusivamente mediante concurso público de provas.

QUESTÃO 17 – Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Não se aplicam as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa às pessoas físicas que celebram com a Administração Pública ajuste administrativo equivalente ao termo de cooperação.
- B) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito agir illicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- C) Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial efetivo e das sanções penais comuns, civis e administrativas, o responsável pelo ato de improbidade administrativa que importa prejuízo ao erário poderá estar sujeito à aplicação isolada da cominação da suspensão de direitos políticos por até 12 anos.
- D) Constitui ato de improbidade administrativa que importa violação de princípios administrativos aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- E) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica quando houver comprovadamente participação e benefícios indiretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

QUESTÃO 18 – Considerando as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- A) Não se exige, no processo de contratação direta, a justificativa de preço.
- B) A fase de diálogo competitivo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades.
- C) É inexigível a licitação para contratação que tenha por objeto hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
- D) Não são abrangidas pela referida Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, mesmo no que diz respeito às disposições que estabelecem crimes em licitações e contratos administrativos.
- E) Entende-se por termo de referência o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

QUESTÃO 19 – Considerando as disposições constitucionais sobre a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa correta.

- A) Lei de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerá o Plano Plurianual.
- B) Caberá a uma comissão mista temporária de senadores e deputados examinar e emitir parecer sobre o projeto de lei da Lei Orçamentária Anual.
- C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital.
- D) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre serviço da dívida.
- E) A Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, salvo por antecipação de receita.

QUESTÃO 20 – À luz das disposições da Lei de Improbidade Administrativa, da LGPD e da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Em indisponibilidade, recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, não abrangendo os valores eventualmente aplicados a título de multa civil, e deverá ser priorizado o bloqueio de contas bancárias em detrimento de semoventes.
- B) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a tutela da saúde exclusivamente em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- C) Para as pessoas com deficiência, serão reservadas até 20% das vagas oferecidas em concurso público.
- D) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846/2013.
- E) É de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.



INFORMÁTICA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

QUESTÃO 21 – Sobre a revisão ortográfica e gramatical no aplicativo Microsoft Word 365 para área de trabalho, versão atualizada, em sua configuração padrão e em português, é INCORRETO afirmar que:

- A) É possível desativar a verificação automática de ortografia e gramática.
- B) Pode-se adicionar dicionários personalizados de verificação ortográfica.
- C) É possível adicionar uma palavra a um dicionário de verificação ortográfica.
- D) Pode-se iniciar manualmente uma verificação ortográfica pressionando a tecla F7.
- E) Na guia Revisão, da faixa de opções, é possível alterar as cores de sublinhados que marcam possíveis erros de ortografia ou de gramática.

QUESTÃO 22 – Analise a fórmula abaixo, que será inserida em uma planilha no aplicativo Microsoft Excel 365, versão atualizada, em sua configuração padrão e em português:

=PROCV(A1; B1:E10; 2; 1)

O terceiro argumento utilizado na fórmula indica

- A) que será procurada uma correspondência aproximada.
- B) que será procurada uma correspondência exata.
- C) o número da coluna, no intervalo, que contém o valor a ser retornado.
- D) o número da coluna, no intervalo, que contém o valor a ser procurado.
- E) o valor que será procurado.

QUESTÃO 23 – Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), são considerados dados pessoais sensíveis quando vinculados a uma pessoa natural:

- I. Convicção religiosa.
- II. Endereço.
- III. Número de telefone.
- IV. Opinião política.
- V. Origem racial.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I e V.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, IV e V.
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 24 – Em relação ao serviço de e-mail Gmail, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um tipo de filtro que pode ser criado para gerenciar mensagens recebidas.

- A) Excluir mensagem.
- B) Aplicar um marcador.
- C) Marcar mensagem como lida.
- D) Remover links suspeitos.
- E) Encaminhar mensagem para outro endereço de e-mail.

QUESTÃO 25 – Sobre o serviço de assinatura eletrônica Gov.br, analise a sentença abaixo:

A assinatura eletrônica Gov.br pode ser utilizada por usuários com conta Gov.br de nível bronze, prata ou ouro (**1ª parte**). Essa é considerada uma assinatura eletrônica simples (**2ª parte**). O documento com a assinatura eletrônica tem a mesma validade de um documento com assinatura física (**3ª parte**).

Quais partes estão corretas?

- A) Apenas a 1ª parte.
- B) Apenas a 3ª parte.
- C) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- D) Apenas a 2ª e a 3ª partes.
- E) Todas as partes.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

QUESTÃO 26 – Para alimentar 20 cães do canil municipal durante 15 dias, são necessários 120 kg de ração. Supondo que cheguem mais 16 cães, restem apenas 72 kg de ração no estoque e o consumo se mantenha constante, por quantos dias a ração durará?

- A) 5.
- B) 6.
- C) 9.
- D) 10.
- E) 11.

QUESTÃO 27 – Analise a seguinte sequência numérica:

$$\{1, 3, \frac{1}{3}, 6, \frac{1}{9}, 9, \frac{1}{27}, 12, \dots\}$$

Seguindo a lei de formação da sequência, é correto afirmar que o produto do décimo oitavo termo pelo décimo nono termo é:

- A) 1.
- B) 3^{-1} .
- C) 3^{-3} .
- D) 3^{-2} .
- E) 3^{-6} .

QUESTÃO 28 – Uma fatura de R\$ 5.000,00 foi paga com 15 dias de atraso. Sabendo que estão previstos juros de mora de 21% a.m. e considerando que cada mês equivale a 30 dias, analise as assertivas a seguir:

- I. Se os juros de mora ocorrerem no regime de juros simples, o valor pago será menor do que no regime de juros compostos.
- II. O valor total pago pela fatura será de R\$ 5.525,00 pelo regime de juros compostos.
- III. A taxa de 21% a.m. cobrada equivale a uma taxa anual de 252% no regime de juros simples.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 29 – Um conjunto de 12 bolas azuis e 12 bolas vermelhas é distribuído em 3 urnas. Cada urna tem 6, 8 e 10 bolas, respectivamente. Somente a primeira urna tem o número de bolas vermelhas igual ao número de bolas azuis. Na segunda urna, o número de bolas azuis é maior do que o de bolas vermelhas e, na terceira urna, o número de bolas azuis é equivalente a dois terços do número de bolas vermelhas. Sendo assim, é correto afirmar que:

- A) A probabilidade de retirar, ao acaso, uma bola de cada urna e todas serem da mesma cor é de 12,5%.
- B) Na segunda urna, há exatamente 6 bolas azuis e 2 bolas vermelhas.
- C) A probabilidade de retirar, ao acaso, uma bola vermelha de cada urna é de 11,25%.
- D) A probabilidade de retirar, sem reposição, 2 bolas vermelhas da primeira urna é maior do que a probabilidade de retirar, sem reposição, 2 bolas vermelhas da terceira urna.
- E) A probabilidade de retirar, ao acaso, uma bola de cada urna e todas serem azuis é igual à probabilidade de retirar, ao acaso, uma bola de cada urna e todas serem vermelhas.

QUESTÃO 30 – Considere que p e q sejam proposições lógicas simples quaisquer. Sendo assim, analise as tabelas verdade a seguir e assinale a alternativa correta.

Tabela 1

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$(p \wedge q) \rightarrow (p \vee q)$
V	V	V	V	V
V	F	F	V	V
F	V	F	V	V
F	F	F	F	V

Tabela 2

p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$(p \vee q) \rightarrow (p \wedge q)$
V	V	V	V	V
V	F	V	F	F
F	V	V	F	F
F	F	F	F	V

Tabela 3

p	q	$\sim p$	$\sim q$	$(p \vee \sim p) \rightarrow (q \wedge \sim q)$
V	V	F	F	F
V	F	F	V	F
F	V	V	F	F
F	F	V	V	F

- A) As tabelas 1 e 3 são contradições.
 B) As tabelas 1 e 3 são tautologias.
 C) A tabela 1 é uma tautologia, e a tabela 3 é uma contingência.
 D) A tabela 2 é uma contingência.
 E) A tabela 1 é uma contingência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31 – A NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro incorpora conceitos tradicionalmente chamados de Princípios Fundamentais da Contabilidade, como entidade, continuidade, competência e prudência, bem como orientam a elaboração das demonstrações contábeis. De acordo com a Norma, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da continuidade presume que a entidade terá sua liquidação imediata, devendo seus ativos e passivos serem mensurados pelo valor de mercado de liquidação.
- B) O princípio da entidade admite, em situações excepcionais, a confusão patrimonial entre sócio e empresa, desde que em benefício do usuário externo da informação contábil.
- C) O princípio da competência estabelece que receitas e despesas devem ser reconhecidas apenas no momento do efetivo recebimento ou pagamento, em conformidade com o fluxo de caixa.
- D) O princípio da prudência determina que ativos e receitas devem ser sistematicamente subavaliados e que passivos e despesas devem ser superavaliados, garantindo maior segurança ao usuário.
- E) O princípio do registro pelo valor original estabelece que os elementos patrimoniais devem ser inicialmente reconhecidos pelos valores de entrada, de aquisição ou de produção, constituindo base histórica para sua mensuração contábil.

QUESTÃO 32 – De acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o Balanço Patrimonial deve apresentar, de forma estruturada, a posição patrimonial e financeira da entidade em determinada data. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) A classificação entre circulante e não circulante é obrigatória apenas para entidades de capital aberto, sendo facultativa para sociedades limitadas e demais pessoas jurídicas.
- B) Os ativos classificados como não circulantes devem sempre ser avaliados pelo seu valor justo, de acordo com a primazia da essência sobre a forma.
- C) A apresentação do patrimônio líquido no balanço patrimonial deve seguir rigidamente o rol de contas previsto no Código Civil, sem admitir alterações por normas contábeis.
- D) A compensação entre ativos e passivos é admitida em hipóteses previstas em normas contábeis específicas ou em lei, desde que resulte em informação mais relevante e fidedigna.
- E) As receitas e despesas realizadas após a data do balanço, mas antes da sua divulgação, devem ser obrigatoriamente incluídas no Balanço Patrimonial como eventos subsequentes.

QUESTÃO 33 – Acerca do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição, vigente a partir do exercício de 2025) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O MCASP tem por objetivo orientar a aplicação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Orçamentários, Específicos e de Consolidação, promovendo a padronização e a qualidade da informação contábil no setor público.
- B) O PCASP é estruturado em níveis de desdobramento (classes, grupos, subgrupos, títulos, subtítulos, etc.), permitindo a adequada classificação e registro das receitas, despesas e demais elementos patrimoniais da Administração Pública.
- C) A adoção do PCASP é obrigatória para todos os entes da Federação e entidades do setor público, assegurando a consolidação nacional das contas públicas e a comparabilidade das informações.
- D) O MCASP é editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), sendo atualizado por meio de Portarias Conjuntas.
- E) O PCASP tem natureza sugestiva, servindo de referência aos entes federativos, que podem livremente adotar seus próprios planos de contas.

QUESTÃO 34 – A Empresa Zeta adquiriu mercadorias para revenda no valor de R\$ 50.000,00, tendo pago metade à vista por meio de transferência bancária e o restante a prazo. Posteriormente, vendeu 60% dessas mercadorias por R\$ 45.000,00, recebendo integralmente o valor em dinheiro. Considerando os princípios da escrituração contábil e os critérios de débitos e créditos, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de lançamentos.

A) **Compra**

DÉBITO em Estoques 50.000,00/CRÉDITO em Bancos 25.000,00 e Fornecedores 25.000,00

Venda

DÉBITO em Caixa 45.000,00/CRÉDITO em Receita de Vendas 45.000,00

DÉBITO em CMV 30.000,00/CRÉDITO em Estoques 30.000,00

B) **Compra**

DÉBITO em Compras 25.000,00/CRÉDITO em Receita de Vendas 25.000,00

Venda

DÉBITO em Caixa 45.000,00/CRÉDITO em Receita de Vendas 45.000,00

DÉBITO em CMV 50.000,00/CRÉDITO em Estoques 50.000,00

C) **Compra**

DÉBITO em Fornecedores 25.000,00 e Estoques 25.000,00/CRÉDITO em Bancos 50.000,00

Venda

DÉBITO em Receita de Vendas 45.000,00/CRÉDITO em Caixa 45.000,00

DÉBITO em Estoques 30.000,00/CRÉDITO em CMV 30.000,00

D) **Compra**

DÉBITO em Estoques 50.000,00/CRÉDITO em Bancos 25.000,00 e Fornecedores 25.000,00

Venda

DÉBITO em Receita de Vendas 45.000,00/CRÉDITO em Caixa 45.000,00

DÉBITO em Estoques 50.000,00/CRÉDITO em CMV 50.000,00

E) **Compra**

DÉBITO em Bancos 25.000,00 e Fornecedores 25.000,00/CRÉDITO em Estoques 50.000,00

Venda

DÉBITO em Caixa 45.000,00/CRÉDITO em Receita de Vendas 45.000,00

DÉBITO em CMV 30.000,00/CRÉDITO em Lucros Acumulados 30.000,00

QUESTÃO 35 – Sobre as receitas orçamentárias no âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa correta.

- A) As receitas orçamentárias classificam-se em correntes e de capital, sendo consideradas correntes aquelas provenientes de operações de crédito e de tributos.
- B) As receitas orçamentárias de capital compreendem, entre outras, as receitas de contribuições sociais, de contribuições de melhoria e de impostos.
- C) As receitas correntes englobam tributos, contribuições, receitas patrimoniais e de serviços, enquanto as receitas de capital incluem operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e transferências de capital.
- D) As receitas de capital, por sua natureza, são destinadas exclusivamente ao custeio de despesas correntes, vedada sua aplicação em despesas de capital.
- E) As receitas orçamentárias não se submetem ao princípio da legalidade, pois são arrecadadas automaticamente em decorrência da atividade financeira do Estado.

QUESTÃO 36 – Acerca da classificação e da natureza das despesas públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Despesas de investimento compreendem, entre outras, as dotações destinadas a obras, instalações e aquisição de equipamentos ou material permanente, compondo a categoria econômica das despesas de capital.
- B) Transferências correntes são classificadas como despesas correntes, pois não se destinam à aquisição de bens ou serviços pela Administração, mas ao atendimento de despesas de outras entidades ou pessoas, sem contraprestação direta.
- C) Inversões financeiras caracterizam-se como despesas correntes voltadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em uso e à constituição ou aumento de capital de empresas estatais dependentes.
- D) Transferências de capital são classificadas como despesas de capital, e correspondem a recursos repassados para aplicação em despesas de investimento ou inversão financeira, sem contraprestação direta em bens ou serviços.
- E) O critério da categoria econômica tem como finalidade distinguir se a despesa orçamentária gera efeito imediato de custeio ou se se destina à formação de capital, evidenciando seus impactos econômicos.

Para responder às questões 37 e 38, considere as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

QUESTÃO 37 – Em 31/12/2024, o Município Delta apresentou Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 400.000.000,00 e despesas com pessoal do Poder Executivo no montante de R\$ 210.000.000,00. Nos termos da LRF, assinale a alternativa correta.

- A) O limite de despesa com pessoal do Executivo é de 60% da RCL, de modo que o gasto de R\$ 210.000.000,00 está dentro do limite legal.
- B) Nesse caso, a despesa total com pessoal corresponde a 52,5% da RCL, logo, não houve extrapolação do limite legal.
- C) O limite de 54% da RCL refere-se ao conjunto dos Poderes, sendo o Executivo limitado a 65%.
- D) O limite de despesa com pessoal deve ser calculado sobre a Receita Total do município, e não sobre a RCL.
- E) O Executivo pode gastar até 60% da RCL com pessoal, desde que o Legislativo não ultrapasse 6%, pois o limite global é de 66%.

QUESTÃO 38 – Analise as assertivas a seguir quanto à transparência da gestão fiscal:

- I. A LRF prevê, no art. 48, que a transparência da gestão fiscal será assegurada mediante a ampla divulgação de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, além de relatórios e prestações de contas, em meios eletrônicos de acesso público.
- II. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é de elaboração obrigatória por todos os Poderes e órgãos autônomos, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas.
- III. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), publicado até trinta dias após o encerramento de cada semestre, contém a execução da receita, da despesa e a avaliação do cumprimento das metas fiscais.
- IV. O art. 48-A da LRF estabelece que devem ser disponibilizadas em tempo real informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, incluindo dados relativos a licitações e contratos, em meio eletrônico de acesso público.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 39 – À luz do que prevê a LRF e o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (14ª edição), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Balanço Orçamentário, integrante do RREO, deve evidenciar a execução orçamentária das receitas e despesas, em confronto entre valores previstos e realizados, incluindo receitas e despesas intraorçamentárias, com indicação da previsão inicial, atualizada, realizada no bimestre e acumulada, bem como saldos a realizar.
- B) O RGF deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, contemplando informações sobre limites de despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, operações de crédito e concessão de garantias.
- C) O Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal apresenta o esforço fiscal do ente, distinguindo o resultado primário, obtido pela diferença entre receitas e despesas primárias, do resultado nominal, que considera a variação da dívida líquida.
- D) O Demonstrativo da RCL é publicado anualmente, até 30 de janeiro do exercício seguinte, consolidando a receita líquida dos Poderes e órgãos autônomos.
- E) O Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (DSRREO) reúne, em um quadro único, informações resumidas de vários anexos, incluindo saúde, educação, restos a pagar e operações de crédito, permitindo verificar o cumprimento de limites constitucionais e legais.

QUESTÃO 40 – De acordo com a NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração em Auditorias, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A estrutura conceitual não é, por si só, uma norma operacional, e não estabelece requerimentos específicos para auditorias ou revisões, devendo o relatório de asseguração referir-se às normas aplicáveis, e não à própria estrutura.
- B) Entre os elementos de um trabalho de asseguração, incluem-se o relacionamento entre três partes, o objeto, os critérios, as evidências e o relatório de asseguração.
- C) O trabalho de asseguração pode assumir a forma de asseguração razoável ou asseguração limitada, distinguindo-se pelo nível de segurança obtido e comunicado no relatório.
- D) Os princípios éticos fundamentais a serem cumpridos pelo auditor incluem integridade, objetividade, competência e zelo profissionais, sigilo profissional e comportamento profissional.
- E) A Estrutura Conceitual estabelece requisitos obrigatórios para aceitação e execução de auditorias financeiras, definindo detalhadamente os procedimentos a serem aplicados pelo auditor em cada circunstância.

QUESTÃO 41 – O auditor independente de uma instituição financeira identificou, no curso de sua auditoria, que a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos, o reconhecimento de provisões relacionadas a litígios tributários e a avaliação de ativos intangíveis geraram significativa atenção e foram comunicados aos responsáveis pela governança. Em seu relatório, tais questões poderiam ser consideradas Principais Assuntos de Auditoria (PAA). À luz da NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, assinale a alternativa correta.

- A) O auditor deve incluir informações inéditas sobre a base de cálculo dos tributos discutidos em juízo, ainda que não divulgadas pela administração, se considerar o assunto relevante para os usuários das demonstrações.
- B) Caso a avaliação de continuidade operacional representasse incerteza relevante, o auditor deveria descrevê-la como PAA, e não em seção própria do relatório.
- C) Os PAA são selecionados entre os assuntos comunicados à governança que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria do período corrente.
- D) O auditor está obrigado a comunicar todos os assuntos discutidos com os responsáveis pela governança como PAA, independentemente de julgamento de significância.
- E) A NBC TA 701 permite que o auditor omita a comunicação de um PAA sempre que entender que a divulgação não contribuiria para o interesse público, ainda que não haja risco de consequências adversas.

QUESTÃO 42 – Considerando o conteúdo da NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A aplicação de procedimentos analíticos, como testes substantivos, é mais eficaz quando os saldos contábeis apresentam grande volume de transações homogêneas, são previsíveis e existe confiabilidade nos dados utilizados.
- B) O auditor pode, em determinadas circunstâncias, limitar seus testes substantivos à aplicação de procedimentos analíticos, desde que obtenha nível apropriado de segurança e avalie a suficiência da evidência obtida.
- C) A aplicação de procedimentos analíticos no planejamento da auditoria auxilia o auditor na identificação de áreas de risco relevante, permitindo direcionar a natureza, época e extensão de outros procedimentos.
- D) Os procedimentos analíticos substantivos, por proporcionarem evidência mais persuasiva que os testes de detalhes, são considerados obrigatórios em todas as auditorias financeiras, independentemente da avaliação do risco.
- E) A confiabilidade da evidência obtida por meio de procedimentos analíticos depende, entre outros fatores, da comparabilidade das informações, da relevância dos relacionamentos analisados e da qualidade dos controles internos sobre a geração dos dados.

QUESTÃO 43 – A NBC TA 320 (R1) – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, estabelece que a definição e a aplicação da materialidade são aspectos fundamentais do julgamento profissional do auditor. Com base na referida Norma, analise as assertivas a seguir:

- I. A materialidade deve ser considerada pelo auditor tanto no planejamento quanto na execução da auditoria como na avaliação do efeito das distorções identificadas, corrigidas ou não, sobre as demonstrações contábeis.
- II. A determinação da materialidade pelo auditor é um procedimento padronizado e objetivo, devendo sempre seguir percentuais fixos do lucro líquido ou da receita bruta.
- III. O auditor está dispensado de documentar os valores de materialidade definidos, devendo registrar exclusivamente eventuais revisões realizadas ao longo do trabalho.
- IV. Sob pena de responsabilização ética e funcional, a materialidade definida no início da auditoria não pode ser alterada, ainda que novas informações ou mudanças nas circunstâncias tornem o valor inicialmente estabelecido inadequado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 44 – Com base na NBC TG – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, acerca dos elementos das demonstrações contábeis e seus critérios de reconhecimento, assinale a alternativa correta.

- A) Um ativo deve ser reconhecido sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, independentemente de ser controlado pela entidade ou da probabilidade associada.
- B) O passivo somente existe quando identificado formalmente em contrato ou legislação, sendo irrelevante a obrigação presente de transferir recurso econômico resultante de evento passado.
- C) A receita será reconhecida quando ocorrer aumento de ativos ou redução de passivos, ainda que esses efeitos correspondam a aportes de capital dos sócios ou acionistas.
- D) A despesa é definida como toda saída de caixa que reduza o patrimônio líquido, mesmo que não represente redução de ativo ou aumento de passivo.
- E) O patrimônio líquido corresponde à participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os passivos, refletindo, portanto, o interesse residual dos proprietários na entidade.

QUESTÃO 45 – A União foi autuada por descarte inadequado de resíduos químicos nos laboratórios de uma Universidade Federal, dando origem a processo administrativo ambiental. A Assessoria Jurídica classificou a perda como “provável”, e os autos registraram dois cenários mutuamente excludentes e sem cobertura securitária:

- (i) acordo para recuperação parcial da área degradada, estimado em R\$ 200.000, com probabilidade de 40%;
- (ii) condenação administrativa para execução integral do projeto de recuperação, estimado em R\$ 300.000, com probabilidade de 60%.

Segundo a NBC TG 25, que estabelece critérios para mensuração de provisões, e a NBC TP 01 (R2), que disciplina a elaboração do laudo pericial contábil, assinale a alternativa correta.

- A) A entidade deve registrar provisão de R\$ 180.000, valor obtido ao multiplicar o cenário de maior probabilidade pela chance de ocorrência de 60%.
- B) A melhor prática é reconhecer provisão de R\$ 240.000, valor esperado dos cenários ponderados, sem necessidade de notas explicativas, já que a perda é provável.
- C) O reconhecimento deve ser feito pelo valor de R\$ 300.000, considerado o cenário mais provável, cabendo à entidade divulgar em nota explicativa a incerteza e mencionar o valor alternativo de R\$ 200.000.
- D) O correto seria provisionar R\$ 500.000, pela soma dos dois cenários possíveis, refletindo o risco total da obrigação, sem necessidade de qualquer divulgação adicional.
- E) Não se reconhece provisão, mas apenas passivo contingente em nota, pois os valores ainda não estão definidos com precisão, sendo prematuro o registro contábil.

QUESTÃO 46 – A NBC TG 16 (R2) traz critérios de reconhecimento e mensuração de estoques no setor público e privado. Sobre o tema, analise as assertivas abaixo:

- I. Estoques devem ser mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, adotando-se sempre o maior entre os dois.
- II. O custo de aquisição inclui impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, além de custos de transporte, seguro e manuseio diretamente atribuíveis.
- III. Custos fixos indiretos de produção devem ser alocados com base na capacidade normal de produção, evitando sobrecarga de custos por ociosidade anormal.
- IV. Os estoques devem ser reduzidos para o valor realizável líquido quando este for inferior ao custo, sendo permitida a reversão dessa redução caso as circunstâncias que a motivaram deixem de existir.

Quais estão corretas?

- A) Apenas IV.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 47 – Um Instituto Federal de Tecnologia desenvolveu internamente um software de gestão acadêmica para integrar matrícula, biblioteca e notas dos alunos. À luz da NBC TG 04 (R4), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O custo de um ativo intangível gerado internamente deve incluir gastos de pesquisa e desenvolvimento, independentemente de se poder demonstrar viabilidade técnica ou geração de benefícios futuros.
- B) O reconhecimento de um ativo intangível requer que seja provável a geração de benefícios econômicos futuros e que o custo possa ser mensurado de forma confiável.
- C) Gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos, não podendo ser capitalizados como intangível.
- D) Gastos de desenvolvimento podem ser reconhecidos como ativo intangível se demonstrada a viabilidade técnica, a intenção de concluir e usar ou vender, e a capacidade de gerar benefícios futuros.
- E) O ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado ao longo de sua vida útil estimada, refletindo o padrão de consumo de benefícios econômicos.

Para responder às questões 48 a 51, considere as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

QUESTÃO 48 – A Lei de Licitações, ao tratar da nulidade dos contratos administrativos, prevê que a decisão sobre a suspensão de execução ou declaração de nulidade deve considerar o interesse público e observar critérios específicos, bem como as consequências jurídicas decorrentes da anulação. Com base na referida Lei, assinale a alternativa correta.

- A) A decisão de suspender a execução ou declarar a nulidade do contrato administrativo independe de avaliação de interesse público, bastando a mera constatação de irregularidade.
- B) A nulidade do contrato exime a Administração de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data da decisão, uma vez que se trata de efeito retroativo que desconstitui a relação jurídica.
- C) A declaração de nulidade do contrato deve observar a análise do interesse público envolvido, podendo a autoridade administrativa, para garantir a continuidade da atividade, decidir que seus efeitos só se produzam futuramente, por até seis meses, prorrogáveis uma única vez.
- D) Constatada irregularidade no procedimento licitatório, a Administração deverá, obrigatoriamente, declarar a nulidade do contrato, ainda que existam impactos econômicos e sociais significativos para a coletividade.
- E) A nulidade, quando declarada, torna nula apenas a parcela do contrato que ainda não foi executada, preservando integralmente os efeitos produzidos até então.

QUESTÃO 49 – A Lei de Licitações disciplina de forma detalhada as infrações cometidas por licitantes e contratados e as sanções cabíveis, estabelecendo hipóteses específicas de aplicação, limites e requisitos procedimentais. Com base nesse regramento, analise as assertivas a seguir:

- I. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nos casos de inexecução parcial ou total do contrato que não justifique penalidade mais grave.
- II. A multa pode variar de 0,5% a 30% do valor do contrato e pode ser aplicada isoladamente ou cumulada com outras sanções previstas na Lei.
- III. O impedimento de licitar e contratar, com prazo máximo de 3 anos, pode ser aplicado em razão de inexecução parcial grave ou de não celebração do contrato quando regularmente convocado.
- IV. A declaração de inidoneidade tem alcance nacional, pode durar entre 3 e 6 anos, e depende de decisão da autoridade máxima competente, precedida de análise jurídica.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 50 – A Lei de Licitações admite expressamente a utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias em contratos administrativos. Considerando o disposto nos artigos 151 a 154 da referida Lei, assinale a alternativa correta.

- A) A conciliação, a mediação e a arbitragem podem ser utilizadas em quaisquer tipos de conflitos contratuais, inclusive em matérias de ordem pública e direitos indisponíveis, desde que pactuadas entre as partes.
- B) A arbitragem no âmbito dos contratos administrativos poderá ser de direito ou de equidade, a depender do que for estipulado no contrato, respeitado o sigilo do procedimento.
- C) A adoção de comitê de resolução de disputas é possível quando prevista originalmente no instrumento convocatório, não sendo admitida a inclusão posterior por meio de aditivo contratual, em razão do princípio da não surpresa.
- D) A arbitragem deve ser sempre de direito, observar o princípio da publicidade, e os contratos podem ser aditados para incluir a previsão de meios alternativos de resolução de controvérsias.
- E) A escolha de árbitros e membros de comitês de resolução de disputas pode considerar critérios de confiança pessoal da autoridade administrativa, desde que respeitado o contraditório.

QUESTÃO 51 – A disciplina dos pagamentos nos contratos administrativos estabelece não apenas a ordem cronológica de quitação das obrigações, mas também hipóteses de exceção, exigências de transparência e restrições ao pagamento antecipado. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A ordem cronológica deve ser observada para cada fonte de recurso e para categorias de contratos, sendo admitida sua alteração apenas em hipóteses específicas, como calamidade pública, risco de descontinuidade de serviços essenciais ou preservação do patrimônio público, desde que haja justificativa prévia da autoridade competente e comunicação posterior ao controle interno e ao tribunal de contas.
- B) A Administração deve publicar, mensalmente, em espaço próprio e acessível em seu sítio eletrônico oficial, a ordem cronológica de pagamentos e as justificativas para eventuais alterações, cabendo aos órgãos de controle a fiscalização do cumprimento dessa regra e a apuração de responsabilidade em caso de descumprimento imotivado.
- C) O pagamento antecipado é taxativamente vedado, pois compromete a regularidade da execução e afronta o princípio da legalidade, não sendo admitida sua previsão contratual nem mesmo quando se demonstre economia de recursos ou condição indispensável para a aquisição do bem ou a prestação do serviço.
- D) Havendo controvérsia sobre a execução do objeto contratual quanto a dimensão, qualidade ou quantidade, a Administração deve liberar, no prazo contratual, a parcela incontroversa, garantindo que o contratado não seja prejudicado pelo litígio restrito à parte contestada.
- E) É possível prever remuneração variável nos contratos de obras, fornecimentos e serviços, vinculada ao desempenho do contratado, com base em critérios como padrões de qualidade, prazos de entrega ou sustentabilidade ambiental, desde que previstos previamente no edital e respeitado o limite orçamentário da contratação.

QUESTÃO 52 – O Município Alfa apresentou, ao final de 2024, RCL de R\$ 400.000.000,00 e Dívida Consolidada Líquida (DCL) de R\$ 300.000.000,00. Para 2025, pretende contratar uma operação de crédito de R\$ 100.000.000,00 para obras e outra por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) no valor de R\$ 25.000.000,00. Considerando a LRF e as normas de contabilidade pública, analise as assertivas abaixo:

- I. A contratação da operação de crédito de R\$ 100 milhões é permitida, pois a DCL passaria a R\$ 400.000.000,00, equivalente a 100% da RCL.
- II. A operação de ARO respeita o limite de 7% da RCL, já que 7% de R\$ 400 milhões corresponde a R\$ 28 milhões, valor superior aos R\$ 25 milhões pretendidos.
- III. A operação de ARO deve ser obrigatoriamente quitada até o término do exercício de 2025, não podendo ser prorrogada para exercícios seguintes.
- IV. Os recursos da operação de crédito de R\$ 100 milhões devem ser destinados a despesas de capital, sendo vedada sua aplicação em custeio corrente, salvo exceções previstas em lei.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 53 – As operações de crédito realizadas pela União estão sujeitas a controles específicos previstos na LRF e às regras de registro contábil estabelecidas pelo MCASP. Considerando esse regime jurídico e contábil, assinale a alternativa correta.

- A) Operações de crédito destinadas a custear despesas de pessoal podem ser admitidas, desde que vinculadas a programas previstos no Plano Plurianual e autorizadas em lei ordinária.
- B) A contratação de empréstimos externos exige a observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal, além do registro contábil da obrigação no momento do ingresso dos recursos, conforme o PCASP.
- C) O endividamento federal não se submete a parâmetros fixados por órgãos externos, cabendo ao Executivo definir, por decreto, o montante máximo da dívida consolidada líquida.
- D) As operações de crédito por ARO não podem ser realizadas pela União.
- E) As despesas financiadas por empréstimos internos só geram registro contábil quando liquidadas, não havendo obrigação de reconhecimento imediato do passivo decorrente da operação.

QUESTÃO 54 – A empresa Águia Forte, do ramo de comércio atacadista, sujeita ao regime não cumulativo, registrou em fevereiro de 2025 uma Receita Bruta de R\$ 10.000.000,00, bem como aquisições de insumos no valor de R\$ 4.500.000,00, com direito a crédito integral. Considerando a legislação aplicável, qual foi o valor líquido devido de PIS/COFINS no período?

- A) R\$ 507.000,00.
- B) R\$ 508.750,00.
- C) R\$ 518.750,00.
- D) R\$ 525.000,00.
- E) R\$ 532.000,00.

QUESTÃO 55 – A empresa Delta S.A., tributada pelo regime do Lucro Real, apresentou no 1º trimestre de 2025 um lucro contábil de R\$ 3.000.000,00. Foram identificadas despesas indedutíveis no valor de R\$ 500.000,00 e receitas de subvenções para investimento no valor de R\$ 200.000,00, estas isentas para fins fiscais. Considerando as regras aplicáveis ao IRPJ, inclusive o adicional de 10% sobre a parcela do Lucro Real que exceder R\$ 240.000,00 por trimestre, qual foi o valor devido de IRPJ da empresa?

- A) R\$ 660.000,00.
- B) R\$ 720.000,00.
- C) R\$ 750.000,00.
- D) R\$ 801.000,00.
- E) R\$ 840.000,00.

QUESTÃO 56 – O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de competência da União, encontra fundamento no artigo 153, IV, da Constituição Federal, bem como nas disposições do Código Tributário Nacional. Considerando as características constitucionais e legais do IPI, assinale a alternativa correta.

- A) É cumulativo, incidindo em cada fase da circulação, sem possibilidade de compensação do valor já recolhido nas etapas anteriores.
- B) A aplicação da seletividade pode observar a essencialidade dos produtos, constituindo exigência constitucional que obsta a atuação do legislador ordinário.
- C) A incidência limita-se às operações de importação, não alcançando a produção nacional.
- D) O consumidor final é o responsável direto pelo recolhimento, sendo sempre considerado contribuinte de direito.
- E) O tributo também possui função extrafiscal, permitindo ao Poder Executivo alterar alíquotas por decreto, como forma de instrumento de política econômica, desde que respeitados os limites legais.

QUESTÃO 57 – Em seus artigos 23 a 28, o Código Tributário Nacional estabelece regras específicas quanto ao fato gerador, à base de cálculo, à competência e à destinação da receita do Imposto de Exportação, tributo este de competência da União. Considerando tais disposições, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O fato gerador do imposto é a saída do produto do estabelecimento industrial para o despacho aduaneiro, ainda que a mercadoria não deixe efetivamente o território nacional.
- B) A base de cálculo, quando a alíquota for específica, será a unidade de medida definida em lei tributária, e, quando *ad valorem*, será o preço normal que o produto ou similar alcançaria em venda em condições de livre concorrência.
- C) O Poder Executivo pode, observados os limites fixados em lei, alterar alíquotas e bases de cálculo, com vistas a atender a objetivos de política cambial e de comércio exterior.
- D) O contribuinte do imposto é o exportador ou aquele que a lei equiparar a essa condição.
- E) A receita líquida arrecadada destina-se à formação de reservas monetárias, conforme dispuser a lei.

QUESTÃO 58 – Nos artigos 63 a 67, o Código Tributário Nacional disciplina o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O fato gerador nas operações de crédito ocorre na liquidação final do contrato, não abrangendo a entrega parcial ou a colocação do valor à disposição do interessado.
- B) Nas operações de câmbio, a base de cálculo corresponde ao valor da moeda estrangeira convertida em mercado paralelo, independentemente da cotação oficial.
- C) O contribuinte do imposto pode ser qualquer das partes envolvidas na operação, conforme dispuser a lei, não se limitando ao tomador ou segurado.
- D) A receita líquida do imposto é destinada prioritariamente a programas sociais, sem vinculação com reservas monetárias.
- E) O Poder Executivo não pode alterar alíquotas nem bases de cálculo do IOF, por se tratar de competência exclusiva do Congresso Nacional.

QUESTÃO 59 – O Município Zeta instituiu tributo incidente sobre a prestação de serviços de empresas locais, observando os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 116/2003. A Lei define regras sobre fato gerador, base de cálculo, local da incidência e hipóteses de não incidência, além de trazer lista taxativa de serviços. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

- A) A base de cálculo corresponde, como regra, ao preço do serviço, sendo vedada a dedução de custos, despesas ou tributos, salvo hipóteses excepcionais expressamente previstas na lei complementar.
- B) As exportações de serviços para o exterior estão sempre sujeitas à tributação, ainda que os resultados se verifiquem integralmente fora do território nacional.
- C) A competência para instituir o tributo é exclusiva da União, cabendo aos municípios apenas sua arrecadação e fiscalização.
- D) O local de incidência é invariavelmente o do estabelecimento prestador, sem admitir exceções legais.
- E) A lista de serviços anexa tem caráter exemplificativo, permitindo aos municípios tributar atividades não previstas, desde que semelhantes às já listadas.

QUESTÃO 60 – Com base nas disposições da Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As microempresas e empresas de pequeno porte podem optar pelo Simples Nacional, sistema que unifica o recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais em um único documento de arrecadação.
- B) O regime do Simples Nacional concede isenção ampla e irrestrita dos tributos federais, estaduais e municipais, vedada qualquer forma de cobrança tributária adicional às empresas optantes.
- C) A referida Lei assegura tratamento diferenciado e favorecido nas licitações públicas, como a possibilidade de participação exclusiva em determinados certames e a preferência de contratação em caso de empate.
- D) A Lei prevê parcelamento simplificado de débitos e prazos diferenciados para o cumprimento de obrigações tributárias pelas microempresas e empresas de pequeno porte.
- E) É facultado aos entes federativos conceder benefícios fiscais adicionais às microempresas e empresas de pequeno porte, desde que observados os limites estabelecidos na própria Lei Complementar.